

PERSPECTIVAS SOBRE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, PLURILINGUISMO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E SUA RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO DE SABERES NA ESFERA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

PERSPECTIVES ON LINGUISTIC DIVERSITY, PLURILINGUALISM AND LINGUISTIC POLICIES AND THEIR RELATION TO THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE ACADEMIC-SCIENTIFIC WORLD

Claudia Fernanda PAVAN¹

RESUMO: É urgente voltar o olhar para a diversidade linguística – especialmente no Brasil, com sua grande pluralidade linguística interna e suas relações fronteiriças – e buscar soluções para a desvalorização e o desencorajamento à diversidade e ao plurilinguismo. Para tanto, é preciso, primeiramente, que nos debrucemos sobre dois problemas basilares: nossa cultura monolíngue – baseada na construção de um mito – que é o primeiro obstáculo para a compreensão e implementação de outras línguas; e o domínio de línguas eurocêntricas, como o inglês, com seu status de língua franca global – situação que favorece ainda mais o enfraquecimento da diversidade linguística no país. Neste trabalho, partindo da hipótese de que as línguas influenciam nossa forma de pensar e que, portanto, quanto mais línguas conhecermos, mais ampla pode se tornar nossa produção de saberes, pretendo refletir sobre a importância da diversidade linguística e da criação de políticas linguísticas voltadas ao fomento do plurilinguismo, sobretudo na esfera acadêmico-científica. Para tanto, apoio-me na inter-relação entre os pressupostos teóricos da Sociolinguística, da Linguística Cognitiva, da Psicolinguística e da Linguística Aplicada.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Linguística. Plurilinguismo. Políticas Linguísticas.

ABSTRACT: It is urgent to turn our attention to linguistic diversity - especially in Brazil, with its great linguistic plurality and its border relations - and to seek solutions against the devaluation and discouragement of diversity and plurilingualism. To do so, it is of paramount importance to consider two basic problems: our monolingual culture - based on the construction of a myth -, which represents the first obstacle to the understanding and the implementation of other languages, and the domination of Eurocentric languages, like English, with its status as global “lingua franca” - a situation that further favors the weakening of linguistic diversity in the country. In this work, starting from the hypothesis that languages influence our way of thinking and that, therefore, the more languages we know, the broader our production of knowledge becomes, I intend to reflect on the importance of linguistic diversity and the creation of linguistic policies aimed at the promotion of multilingualism, especially in the academic-scientific sphere. To that end, this study is based on the interrelation between the theoretical assumptions of Sociolinguistics, Cognitive Linguistics, Psycholinguistics and Applied Linguistics.

KEYWORDS: Linguistic Diversity. Plurilingualism. Linguistic Policies.

1. Doutoranda em Sociolinguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Contato: claudia.pavan@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7105-8029>.

Introdução²

Início esta introdução com o resumo deste artigo em outras três línguas³, como referência inicial das reflexões sobre diversidade linguística que se seguiram.

RESUMEN: Es urgente mirar hacia la diversidad lingüística – especialmente en Brasil, con su gran pluralidad lingüística interna y sus relaciones fronterizas – y buscar soluciones para la desvalorización y el acobardamiento a la diversidad y al plurilingüismo. Para eso, es necesario, en primer lugar, que planteemos dos problemas basilares: nuestra cultura monolingüe – basada en la construcción de un mito – que constituye el primer obstáculo para la comprensión y la implementación de otras lenguas, y el dominio de lenguas eurocéntricas, como el inglés, con su estatus de lengua franca global – situación que favorece aún más la debilidad de la diversidad lingüística en el país. En este trabajo, se parte de la hipótesis de que las lenguas influyen nuestra forma de pensar y que, por lo tanto, cuanto más lenguas conocemos, más amplia puede volverse nuestra producción de saberes, pretendo reflexionar acerca de la importancia de la diversidad lingüística y de la creación de políticas lingüísticas dirigidas al fomento del plurilingüismo, fundamentalmente en el campo académico-científico. Para eso, me apoyo en la interrelación entre los presupuestos teóricos de la Sociolingüística, de la Lingüística Cognitiva, de la Psicolingüística y de la Lingüística Aplicada.

PALABRAS CLAVE: Diversidad Lingüística. Plurilingüismo. Políticas Lingüísticas.

ÑEMOMBYKY: Tekotêve jajevy ha ñama'ê ñe'ênguéra rehe – Brasil pe, oguerékova heta ñe'ênguéra ijokuaa rembe'y pe – ha tekotevê ojeheka ñemyatyro ñe'ênguéra pe guarã omotendevo ambue ñe'ê. Upevare tekotevê ñañemopytasô mokõi pa'ärehe: ñande rekove ohechava peteĩ ñe'ê añomi ha noma'êi opavave ñe'êrehe. Upeva ndohejaĩ oñembo'e ambue ñe'ê, ha omoĩ tenondépe ñe'ênguéra Europa-pegua, Inglês, oĩva opavave ñe'ê tenondépe. Ko mba'e, omomichĩ opavave ñe'ênguéra. Ko tembiapope, roĩmo'a ñe'ênguéra omosãmyhy mba'éichapa jahecha ñande jere, upearhe tekotevê heta ñe'ênguéra jaikuaa. Ikatu haguã jaguereko opaichagua ñema'ê. Añepyta'sóta jaikuaahagua mba'érepa tekotevê ojeikuaa opavave ñe'ênguéra ha tekôtevêha ojejapo ñe'ênguéra sãmbykyha, mbo'éhaope ha mbo'éhaovusu. Upévare ajeporeka Ñe'ê tekoatype, Ñe'ê jepy'amongetape, Ñe'ê apytu'ũkuaatype ha Ñe'ê jeporupe.

ÑE'Ê TERAÑEMI: Ñe'ê ambuéva. Ñe'ê joparaeta. Ñe'ê Ñesãmbyhy.

RIASSUNTO: È urgente tornare a volgere lo sguardo alla diversità linguistica – soprattutto in Brasile, paese con una grande pluralità linguistica interna e relazioni frontaliere – e cercare soluzioni che contrastino il deprezzamento e la disincentivazione della diversità e del plurilinguismo. Pertanto, è necessario, in primis, concentrarci su due problemi basilari: la nostra cultura monolingue – basata sulla costruzione di un mito – che è il primo ostacolo alla comprensione e implementazione di altre lingue, e il dominio delle lingue eurocentriche, come è il caso dell'inglese con il suo status di lingua franca globale – una situazione che favorisce ancor di più l'indebolimento della diversità linguistica nel Paese. In questo lavoro, a partire dall'ipotesi che le lingue

2. Agradeço as valiosas contribuições feitas pelos pareceristas anônimos da revista *Travessias Interativas*, que contribuíram de forma decisiva para o aperfeiçoamento da versão final deste artigo. As reflexões apresentadas neste artigo são parte da pesquisa desenvolvida durante o curso de especialização em Docência no Ensino Superior na PUCRS, sob orientação da Prof. Dra. Joyce Munarski Pernigotti.

3. Agradeço imensamente a ajuda de grandes amigas e profissionais na tradução do resumo para as seguintes línguas: espanhol (traduzido por Luciane Alves), guarani (traduzido por Maria Liz Benitez Almeida) e italiano (traduzido por Patrizia Cavallo).

influenzano il nostro modo di pensare e che, di conseguenza, quante più lingue conosciamo tanto più ampia diventa la nostra produzione di saperi, intendo riflettere sull'importanza della diversità linguistica e della creazione di politiche linguistiche volte a fomentare il plurilinguismo, specialmente nell'ambito accademico-scientifico. A tal fine, questo studio si basa sull'interrelazione tra i presupposti teorici della Sociolinguistica, Linguistica Cognitiva, Psicolinguistica e Linguistica Applicata.

PAROLE CHIAVE: Diversità Linguistica. Plurilinguismo. Politiche linguistiche.

As línguas acima representam uma parcela ínfima de todas as línguas presentes em nosso mundo. Mesmo que considerássemos apenas a América Latina, ou apenas o Brasil, as cinco línguas dos resumos apresentados neste artigo representam ainda uma parcela muito pequena de todas as línguas faladas no continente sul-americano ou em nosso país. Embora a pluralidade linguística seja um fato incontestável, ainda persiste, no Brasil, o mito do monolinguismo, criado a partir de um imaginário colonial que

surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (MIGNOLO, 2005, p. 37-38).

Essa construção mítica do monolinguismo e o domínio de línguas eurocêntricas⁴, principalmente do inglês, com seu status de língua franca global, são questões que contribuem para a dificuldade de realização e de prática de outras línguas e, consequentemente, para o enfraquecimento da diversidade linguística no país. Uma das questões que reforça o exposto acima foi a revogação da lei 11.161 de 2005, através da Medida Provisória 746, visando à retirada da oferta obrigatória de língua espanhola das escolas, mantendo a obrigatoriedade apenas do inglês. Essa medida levou à criação do movimento #FicaEspanhol, com o objetivo de reverter essa mudança ao menos nas instituições de ensino do Rio Grande do Sul.

A língua é mais do que uma forma de comunicação, é um elemento sociocultural que representa a expressão da nossa identidade, da nossa forma de ver o mundo, da nossa forma de perceber o outro. É a língua que nos permite formar comunidades e compartilhar experiências. É através dela que transmitimos nossa história e nossa cultura, que produzimos e partilhamos saberes. A língua não é uma entidade isolada, ela possui um caráter dinâmico e é necessário que seja considerada em sua mobilidade, em sua pluralidade, em sua diversidade.

4. A noção de eurocentrismo que adoto neste texto não se limita aos aspectos geopolíticos que caracterizam a Europa, mas se relaciona, como aponta Mignolo (2005), à expansão do colonialismo europeu, a uma consciência definida em termos europeus e que, portanto, estende-se também à língua inglesa dos EUA.

Neste trabalho, parto da hipótese de que as línguas influenciam nossa forma de pensar e que, portanto, quanto mais línguas conhecermos, mais ampla pode se tornar nossa produção de saberes. Assim, é essencial refletir sobre a importância da diversidade linguística e da criação de políticas linguísticas voltadas ao fomento do plurilinguismo, sobretudo na esfera acadêmico-científica.

Com esse objetivo, apoio-me na inter-relação entre perspectivas da Sociolinguística, da Linguística Cognitiva, da Psicolinguística e da Linguística Aplicada. Essa inter-relação se explica, por um lado, pela importância da interdisciplinaridade como elo que permite uma reflexão dinâmica e ampliada das questões abordadas neste artigo; por outro, a inter-relação entre essas disciplinas possibilita reflexões que consideram aspectos cognitivos e psicológicos, contextualizando-os socialmente, ou seja, considerando as relações entre língua, meio e cognição.

A metodologia utilizada neste artigo baseia-se na pesquisa bibliográfica, realizada por meio da coleta e análise de referências teóricas sobre as temáticas em questão.

Este artigo compreende seis seções: a primeira representada por esta introdução; a segunda, intitulada “questões terminológicas”, esclarece os conceitos-chave utilizados ao longo do texto; a terceira aborda o plurilinguismo e a diversidade linguística na expansão da consciência e dos saberes; a quarta traz um aprofundamento sobre a cultura do monolinguismo; a quinta trata da política linguística na construção de uma sociedade aberta ao plurilinguismo; a sexta e última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

2. Questões terminológicas

Para assegurar uma leitura mais fluida, são apresentados e definidos a seguir alguns conceitos bastante relevantes para este texto. É o caso, por exemplo, dos conceitos de diversidade, pluralidade e variedade linguística, noções que se destacam nos estudos sociolinguísticos e que são, muitas vezes, consideradas sinônimas.

Em relação à variedade linguística, segundo Harald Thun (2017a),

é necessária uma definição mais ampla do termo “variedade”. Esse conceito já se justifica, porque encontramos nele um termo geral e neutro para “dialeto”, “socioleto”, “língua regional”, “língua especial”, “linguagem técnica”, mas também para “língua *standard*”, “língua padrão” e mesmo “estilo” ou “registro”, recuperando com isso a amplitude conceitual que o termo do grego *dialéktos* mais tarde perdeu, ao se restringir a “variedades” ligadas a determinado espaço de ocupação.

“Variedade”, embora ela mesma seja uma “língua”, se distingue desta pelo ponto de vista relacional. “Língua” pode-se imaginar como uma única, por exemplo como língua humana. “Variedade” pressupõe uma pluralidade de línguas. Enquanto há línguas que coexistem inteiramente sem ter nada a ver umas com as ou-

tras, a “variedade” sempre compreende uma relação com outras variedades. Essa relação em si pode ser de ordem diferente: subordinação, superioridade, igualdade. O estudo da língua em seu contexto social nos ensina que nenhum desses tipos de relação é neutro – não raro, a relação é tensa (THUN, 2017a, p. 91-92).

Já a diversidade linguística, como aponta Broch (2014, p. 6), indica a “coexistência de línguas diferentes na sociedade”, enquanto “a pluralidade linguística, ou plurilinguismo, é utilizado aqui para designar as competências do indivíduo em mais de uma língua”, ou seja, o uso alternado entre duas ou mais línguas. As noções de plurilinguismo, multilinguismo e bilinguismo também são utilizadas como sinônimos. Neste trabalho, pretende-se distingui-las conforme propõem Altenhofen e Broch (2011): enquanto o termo “multilinguismo” se refere à coexistência de línguas em um mesmo território, o “plurilinguismo” se refere à “postura de pluralidade” adotada pelos sujeitos em ambientes multilíngues e se reflete nas habilidades/competências em mais de uma língua (ALTENHOFEN; BROCH, 2011, p. 17).

Em 2009, David Marsh e Richard Hill realizaram um Estudo sobre a Contribuição do Multilinguismo para a Criatividade (*Study on the Contribution of Multilingualism to Creativity*), a pedido da Comissão Europeia. Esse pedido foi motivado pelas comemorações de 2009 como o ano europeu da criatividade e inovação. Nesse contexto, plurilinguismo e multilinguismo despontam como questões fundamentais na aquisição e ampliação de saberes (MARSH; HILL, 2009).

O estudo desenvolvido por Marsh e Hill apresenta uma interessante compilação de definições e distinções entre plurilinguismo e multilinguismo a partir de documentos da Comissão Europeia e do Conselho da Europa. Segundo Marsh & Hill (2009), o multilinguismo é “a capacidade das sociedades, instituições, grupos e indivíduos de se comunicarem, regularmente, em mais de uma língua na sua vida diária” (MARSH; HILL, 2009, p. 3).⁵ Em seguida, esclarecem que

essa definição ampla acolhe a distinção feita pelo Conselho Europeu entre “multilinguismo” e “plurilinguismo”, na qual multilinguismo se refere mais à organização social, enquanto plurilinguismo a um repertório individual de competência linguística. O multilinguismo refere-se aqui exclusivamente à presença de várias línguas em um determinado espaço, independentemente daqueles que as utilizam: por exemplo, o fato de duas línguas estarem presentes na mesma área geográfica não indica se os habitantes têm conhecimento de ambas as línguas ou de apenas uma delas (MARSH; HILL, 2009, p. 3).⁶

5. Do inglês: “the ability of societies, institutions, groups and individuals to engage, on a regular basis, with more than one language in their day-to-day lives”.

6. Do inglês: “This broad definition embraces the distinction made by the Council of Europe between ‘multilingualism’ and ‘plurilingualism’, where multilingualism refers more to social organisation, and plurilingualism to an individual repertoire of linguistic competence. Multilingualism refers here exclusively to the presence of several languages in a given space, independently of those who use them: for example, the fact that two languages are present in the same geographical area does not indicate whether inhabitants know both languages, or only one.”

Já o plurilinguismo é definido como

a capacidade de utilizar várias línguas em diferentes medidas e para fins distintos é definida no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (p.168) como a capacidade “de utilizar línguas para fins de comunicação e de participar em ações interculturais, em que uma pessoa, vista como um agente social, tem proficiência, em diferentes medidas, em várias línguas e experiência de várias culturas”. Essa capacidade se concretiza em um repertório de línguas do qual um falante pode fazer uso (MARSH; HILL, 2009, p. 3).⁷

O documento destaca ainda que essa distinção é importante para que se possa focar o plurilinguismo como uma competência individual, que leva ao desenvolvimento de outras competências linguísticas e culturais. Estas, por sua vez – modificadas através do conhecimento de outras línguas – contribuem para uma maior consciência linguística e intercultural e permitem que o falante desenvolva “uma personalidade enriquecida e mais complexa, uma maior capacidade de aprendizagem de línguas e uma maior abertura a novas experiências culturais” (MARSH; HILL, 2009, p. 3).⁸

A noção de consciência linguística (*language awareness*) é essencial na esfera dos estudos sobre o plurilinguismo e a diversidade linguística. Segundo a ALA (*Association for Language Awareness*) – associação internacional que tem por objetivo promover ações para o desenvolvimento da consciência linguística – pode-se definir consciência linguística como “**conhecimento explícito sobre línguas e percepção consciente e sensibilidade na aprendizagem, no ensino e no uso das línguas**” (ALA, 2020 – grifos do autor).⁹ Trata-se, como argumentam Verschik (2017) e Davies (2018), de uma definição bastante ampla, que não contempla – ao menos não explicitamente – nem os vínculos entre consciência linguística, plurilinguismo, contatos linguísticos e diversidade linguística nem a perspectiva crítica, fundamental ao conceito.

Faz-se necessário, como insiste Davies (2018), pensar o conceito de consciência linguística levando em conta as línguas em seus contextos sociais específicos e evidenciando as estruturas e ideologias de poder que as cercam. Além disso, é preciso considerar também as relações que se estabelecem entre consciência linguística, plurilinguismo, contatos linguísticos e diversidade linguística. Em situações de contato linguístico, a partir das quais surgem ambientes multilíngues, promover o plurilinguismo

7. Do inglês: “The ability to use several languages to varying degrees and for distinct purposes is defined in the Common European Framework of Reference for Languages (p.168) as the ability ‘to use languages for the purposes of communication and to take part in intercultural action, where a person, viewed as a social agent, has proficiency, of varying degrees, in several languages and experience of several cultures’. This ability is concretised in a repertoire of languages a speaker can use”.

8. Do inglês: “an enriched, more complex personality and an enhanced capacity for further language learning and greater openness to new cultural experiences.”

9. Do inglês: “explicit knowledge about language, and conscious perception and sensitivity in language learning, language teaching and language use.”

significa promover a diversidade, incentivando seu acolhimento. Sujeitos plurilíngues desenvolvem, normalmente, uma consciência linguística maior que aqueles monolíngues – o que abre espaços para o diálogo sobre a diversidade linguística e esses dois aspectos, diálogo e consciência, representam as melhores armas contra o preconceito linguístico (JAMES; GARRETT; CANDLIN, 2014).

Verschik (2017) chama atenção ainda para a relação entre consciência linguística e política e planificação linguística. Além das comunidades linguísticas, é preciso considerar as escolhas individuais e conscientes dos falantes:

Até recentemente, a planificação e a política linguística e o seu impacto no uso da língua eram consideradas no âmbito das comunidades. No entanto, a planificação individual, ou seja, não só a escolha da língua para interação, mas também a escolha consciente de itens, estruturas e modelos linguísticos tem de ser contabilizada. Trata-se de uma questão de agência: alguns falantes desejam deliberadamente ir contra as normas e expectativas prevalecentes. Isso se aplica frequentemente às escolhas e, em maior escala, às identidades dos falantes plurilíngues. [...] Alguns falantes optam deliberadamente por fazer uso de características que são geralmente consideradas características de substrato da L1 (muitas vezes, línguas autóctones ou de imigração). Com muita frequência, tais características são estigmatizadas pela variedade dominante e consideradas erroneamente como resultado de preguiça e descuido ou incapacidade de produzir características da variedade dominante. No entanto, isso ocorre não porque os imigrantes de segunda geração sejam incapazes de falar a variedade dominante, mas porque não querem ser considerados membros dessa comunidade de fala. As características típicas de variedades da primeira geração de imigrantes de línguas majoritárias (ou seja, características da L1 na L2), embora estigmatizadas pela geração mais velha, por educadores e políticos, podem ser consideradas como algo revigorante, criativo, “cool”, etc., e conscientemente usadas pelos falantes (VERSCHIK, 2017, p. 6).¹⁰

Dessa forma, a noção de consciência linguística não se deixa separar de questões relacionadas a contatos linguísticos e à identidade dos falantes e remete igualmente à política e à planificação linguística. Como fica evidente no excerto acima, a política linguística não pode limitar-se à esfera escolar e acadêmica: políticas linguísticas tratam da língua e a língua atravessa a experiência humana em todas as suas esferas. Segundo Spol-

10. Do inglês: “Until recently language planning and language policy and their impact on language use have been considered on the level of communities. However, individual planning, that is, not only choice of language for interaction but also conscious choice of language items, structures, and models has to be accounted for, too. This is an issue of agency: some language users deliberately wish to act against the prevailing norms and expectation. This often applies to choices and, on a larger scale, identities of multilingual language users. [...] Some speakers deliberately choose to use features that are usually considered to be substratum features of L1 (often indigenous languages or immigrant languages). Quite often such features are stigmatized by the mainstream and erroneously believed to be a result of laziness and carelessness or disability to produce target features. However, this occurs not because second-generation immigrants are unable to speak the mainstream variety but because they do not want to be considered members of the mainstream speech community. Features that are characteristic of first-generation immigrant varieties of majority languages (i.e., L1 features in L2), albeit stigmatized by older generation, educators, and politicians, may be considered as something refreshing, creative, “cool,” etc. and consciously used by individuals.”

sky (2008 *apud* BROCH, 2014), a política linguística é um fenômeno social, intimamente relacionado ao comportamento e às crenças dos membros de uma comunidade de fala.

Savedra & Lagares (2012), lembram que é importante distinguir política de planificação linguística: enquanto política linguística “é definida como sendo a determinação de grandes **escolhas** relativas às relações entre as línguas e determinadas sociedades”, a planificação linguística é definida “como a política linguística posta em prática, representando um ato de autoridade” (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 12 - grifos dos autores). É importante destacar também a definição de política linguística apresentada por Calvet e adotada por muitos pesquisadores: “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (CALVET, 2002, p. 133), Calvet salienta ainda que, nesse campo tão importante, somente o Estado tem o poder e os meios de por em prática tais escolhas (CALVET, 2002).

3. O plurilinguismo e a diversidade linguística na expansão da consciência e dos saberes

Nesta seção, a partir de perspectivas sobretudo da linguística cognitiva, são apresentados estudos e reflexões sobre a influência do plurilinguismo e da diversidade linguística em nossa forma de pensar e de ver o mundo.

Como apontam os estudos na esfera da linguística cognitiva, existem semelhanças na forma como os sujeitos experimentam e percebem o mundo e na forma como pensam e usam a língua. Contudo, em cada língua, essas semelhanças representam, na verdade, restrições, que delimitam uma complexa gama de possibilidades (EVANS; GREEN, 2006).

Se, como indicam as pesquisas de Lera Boroditsky (2009, 2010, 2011) – professora e pesquisadora bielorrussa, conhecida por seu trabalho nas áreas da linguagem e da cognição –, a língua que falamos influencia nossa forma de pensar, incentivar o plurilinguismo significa estimular o desenvolvimento de atitudes, de posturas e de perspectivas interculturais cada vez mais complexas, transversais e complementares, rejeitando, assim, posturas etnocêntricas e uniformizadoras. Se cada língua nos proporciona uma forma única de ver o mundo, quanto mais línguas conhecemos, mais amplas, mais diversificadas e, acima de tudo, mais profundas podem se tornar nossas reflexões sobre o conhecimento. Segundo Boroditsky,

... pessoas que falam diversas línguas realmente pensam de forma diferente e mesmo coincidências gramaticais podem afetar profundamente a forma como vemos o mundo. A língua é um dom exclusivamente humano, central para nossa experiência de ser humano. Valorizar seu papel na construção de nossas vidas mentais nos leva um passo mais perto de compreender a própria natureza da humanidade (BORODITSKY, 2009, p. 2).

Boroditsky argumenta, por exemplo, que diferentes línguas estruturam noções de tempo, espaço e de causalidade de formas bastante distintas. Em pesquisas realizadas com uma comunidade aborígene na Austrália, Boroditsky (2010) determinou que os *Pormpuraawans*, falantes de *Kuuk Thaayorre* não têm palavras para direções relativas, como direita e esquerda, mas utilizam direções absolutas – norte, sul, leste, oeste, etc. –, dizendo, por exemplo, “tem uma formiga na sua perna do sudoeste”. Ao serem solicitados a organizar algumas imagens em uma progressão temporal, membros dessa comunidade organizaram as imagens do leste para o oeste, assim, quando

sentados de frente para o sul, o tempo seguia da esquerda para a direita; sentados de frente para o norte, da direita para a esquerda; sentados de frente para o leste, em direção ao corpo e assim por diante. É claro que nunca dissemos a nenhum de nossos participantes para qual direção eles estavam voltados. Os *Pormpuraawans* não apenas sabiam disso, como também usavam espontaneamente essa orientação espacial para construir suas representações do tempo (BORODITSKY, 2010, n.p.).

Consequentemente, as línguas que falamos afetam nossa percepção do mundo. Isso não significa dizer que a língua determina nossos pensamentos, mas que “facilita nossa capacidade de conceitualização” (EVANS; GREEN, 2006, p. 98). Nesse sentido, pode-se presumir que o conhecimento de diferentes línguas torna possível a aquisição de diferentes saberes.

Ainda que a finalidade deste trabalho não seja minorar a relevância da língua inglesa, a predominância de uma única língua resulta numa visão monocultural e eurocêntrica, submetendo as outras línguas bem como os outros falantes a um status periférico e provocando, como salienta Hamel (2005), um empobrecimento – perigoso – no desenvolvimento acadêmico-científico, especialmente no que diz respeito às ciências sociais.

Os estudos de Lera Boroditsky (2009, 2010, 2011) e de Vyvyan Evans e Melanie Green (2006) são bastante relevantes para se refletir sobre a importância do plurilinguismo e da diversidade linguística, visto que essas autoras desenvolvem pesquisas no campo da linguagem e da cognição, focando na interação entre língua, cognição e percepção e, mais especificamente, em como a língua influencia nossa forma de pensar e de ver o mundo – o que, por sua vez, influencia nosso comportamento.

O aprendizado de línguas estrangeiras, como já antecipado por Boroditsky (2010), leva a novos saberes, novas formas de compreensão do mundo e age, portanto, na constituição própria do sujeito, provocando deslocamentos em relação à sua posição e a seus posicionamentos, fazendo com que reflita sobre novos sentidos – desconhecidos na língua materna –, sobre semelhanças e diferenças próprias de cada língua e como influenciam as formas de ver e interpretar o mundo. Isso leva, inevitavelmente, à desconstrução e reconstrução de sentidos renovados e, porque não, inéditos.

É fundamental, portanto, que se desenvolva um pensamento voltado à *pluriversalidade* (MIGNOLO, 2017) – movimento e ferramenta para a construção de saberes não mais baseados em perspectivas eurocêntricas, mas resultantes de políticas e pedagogias que aceitam e incentivam a diversidade.

4. Minorizados e Minorizadores: o que se esconde atrás da cultura do monolinguismo

A seguir, são apresentados exemplos que ilustram o poder da língua sobre o pensamento e as ações dos falantes, especialmente em situações de contato entre línguas majoritárias e minoritárias. A língua leva à ação, e se a língua representa uma ferramenta para exclusão, opressão e até extermínio de populações linguísticas, também pode ser a solução para evitar tragédias e promover a compreensão e o entendimento bem como a ampliação e a troca de saberes entre comunidades linguísticas distintas (DONOHUE, 2012).

O poder das línguas de domínio e, portanto, minorizantes, é um poder tirânico, lancinante, produzindo

fissuras que vão se abrindo nessas línguas, fissuras por onde a língua imperial vai se infiltrando sorrateiramente e colonizando o léxico e a gramática das subjogadas. É o que se dá hoje em dia com o inglês, que ataca todas as outras línguas do mundo de cima para baixo e de dentro para fora (BAGNO, 2018, n. p).

Como aponta Mignolo (2017), ainda vivemos dentro de uma matriz colonial, na qual opera uma lógica de hierarquias. Entre elas, está a hierarquia linguística, estabelecida entre línguas europeias e não europeias e que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento em línguas europeias, fazendo com que as línguas não europeias fiquem limitadas à produção de folclore ou cultura e não sejam reconhecidas quando se trata da produção de conhecimento.

Novas políticas linguísticas estão intrinsecamente relacionadas a políticas identitárias e à sua “inequívoca conexão com relações de poder” (MAHER, 2013, p. 120). Mesmo que a esfera acadêmico-científica tenha certa autonomia em relação a outras esferas sociais, não se pode desconsiderar questões e interesses políticos e econômicos que envolvem a utilização de certas línguas em detrimento de outras e o que essa distribuição assimétrica representa para a produção de conhecimentos e também para a identidade linguística dos sujeitos (HAMEL, 2005).

À imposição de uma língua hegemônica, vincula-se também a imposição de ideais e de domínio cultural e político – o que é perigoso, porque ameaça não apenas a liberdade de pensamento e de expressão, mas também a liberdade e mesmo a inte-

gridade física dos indivíduos. Basta lembrar episódios históricos que corroboram tal ameaça, como o genocídio de Ruanda em 1994, no qual em poucos meses, cerca de 800 mil pessoas foram chacinadas.¹¹

Em relação ao ocorrido em Ruanda, Donohue (2012) alerta para o papel decisivo da produção de um discurso de ódio disseminado pelo grupo majoritário para o extermínio da comunidade minoritária *tutsi*. Ele lembra que quando a língua é utilizada de forma polarizada, forma-se uma “armadilha identitária”¹²: o conflito passa a ser percebido como um choque de identidades e os envolvidos tornam-se incapazes de focar na busca por soluções, por um caminho intermediário. “Quanto mais extremas e polarizadas as identidades se tornam, maior é a armadilha e menores as escolhas que as pessoas têm para ficar de fora do conflito” (DONOHUE, 2012, p. 16).¹³

Entre as etapas de alterações sociais que levam ao fomento e à consumação de tais conflitos está a simbolização: os grupos minoritários recebem nomes ou símbolos como forma de enquadrá-los, de marcar sua inferioridade. A língua é uma das características que determina o pertencimento a um grupo e, quando esse grupo é minoritário, sua língua passa a ser usada pelo grupo dominante também como um símbolo, uma marca de inferioridade (STANTON, 2004 *apud* DONOHUE, 2012). Trata-se de uma dinâmica poderosa, que leva os próprios falantes de uma língua minoritária a percebê-la como inferior, sem prestígio – muitas vezes como língua nenhuma – e faz com que esses falantes se esforcem para aprender a língua dominante, muitas vezes, em detrimento da manutenção da sua própria língua.

O poder da língua é bem ilustrado também no estudo realizado sobre metáforas por Boroditsky e Thibodeau (2011), no qual apontam a grande influência dessas figuras de linguagem na forma como interpretamos e nos colocamos frente a questões sociais:

Nos anos 80, Ronald Reagan declarou *guerra contra as drogas*, definindo contrabandistas, traficantes e usuários como o inimigo a ser combatido. Políticas alinhadas à guerra contra as drogas exigiam penas mais duras para crimes relacionados a drogas. Desde então, a taxa de encarceramento mais do que quadruplicou nos EUA. Outros levaram a metáfora *o crime é um vírus* a sério e implementaram programas para tratar o crime como uma doença contagiosa. [...] Alguns pesquisa-

11. O genocídio de Ruanda começou em 6 de abril de 1994, quando o avião que levava o presidente Juvénal Habyarimana e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, foi abatido pouco antes de pousar no aeroporto de Kigali, capital da Ruanda. Esse evento desencadeou o massacre de tutsis pelas forças armadas ruandesas e pela milícia Interahamwe, dominada por extremistas hutus. Em meados de maio, cerca de 800.000 ruandeses haviam sido mortos. O controle de meios de comunicação por grupos de extremistas apoiados pelos hutus colaborou para o massacre dos tutsis. Através de transmissões diárias, esses grupos tinham por objetivo incitar o ódio contra a minoria tutsi (cerca de 9% da população) no país. Em busca de apoio para sua causa extremista, utilizavam-se de uma linguagem extrema, incitando a violência contra a população tutsi (para mais informações sobre o genocídio de Ruanda cf. SIMON, 2006).

12. Do inglês: “identity trap.”

13. Do inglês: “The more extreme and polarized the identities become, the bigger the trap that is created and the fewer choices people have to stay out of the conflict.”

dores no âmbito da justiça criminal chegaram a apontar metáforas inadequadas como a raiz do fracasso na prevenção do crime (BORODITSKY; THIBODEAU, 2011, p. 2 – grifos dos autores).

Em relação à importância de políticas linguísticas e suas consequências, é importante lembrar a política de nacionalização traçada pelo governo Getúlio Vargas, que tinha como objetivo a construção de um Estado Nacional, assimilando os imigrantes e coibindo a expansão de suas línguas. Através da instituição do Decreto-Lei nº 406, de maio de 1938, que estabelecia regras a respeito das práticas culturais, educacionais e linguísticas dos imigrantes no território brasileiro, fundamentando-se na necessidade de consolidar a identidade e a unidade nacional, os imigrantes foram proibidos de usar suas línguas. Os professores das escolas nas colônias, que até então eram igualmente falantes de línguas de imigração, foram substituídos por professores falantes de português, escolas bilíngues foram fechadas e muitos imigrantes foram perseguidos e até torturados por lutarem pelo direito de falar sua língua primeira (ALTENHOFEN, 2004).

Os exemplos apresentados acima mostram claramente o poder da língua: ela dá forma não apenas aos nossos pensamentos, mas também aos nossos comportamentos. Como indicado anteriormente, o uso de metáforas inadequadas ou de um discurso de ódio tem o poder de influenciar a forma de agir de toda uma comunidade, assim como o abuso e a violência perpetrados em relação às minorias têm o poder de levar os próprios sujeitos oprimidos a compartilhar das ideias dos opressores. Tais questões mostram a grande importância de voltarmos o olhar, e por que não dizer, as mãos, no sentido de colocar em prática ações para modificar essa realidade.

Nesse sentido, o Paraguai representa um exemplo a ser seguido. Segundo Almeida (2017), o país possui duas línguas nacionais: o espanhol e o guarani, oficializado em 1992. Trata-se, sem dúvida, de uma situação exemplar e única, se lembrarmos que, no Brasil bem como nos outros países do Novo Mundo, apesar do grande número de línguas autóctones e de migração, a língua oficial é sempre a língua do colonizador.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, são faladas 274 línguas indígenas no território nacional. Além disso, o censo identificou que, no geral, apenas 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais de idade falam uma língua indígena. Dentro das terras indígenas esse percentual sobe para 57,3%, enquanto fora delas, em áreas urbanas, 9,7% ainda são falantes, e, em áreas rurais, 24,6%. Em relação às línguas de imigração faladas no país, Altenhofen (2013) ressalta que perfazem um total de 56 línguas.

Essas informações são extremamente relevantes para uma política educacional e linguística que contemple a diversidade e o plurilinguismo. Contudo, ainda são dados muito superficiais, quando lembramos que o censo demográfico só voltou a abordar a língua falada no âmbito familiar depois de longos 60 anos. Antes disso, em 1940, o objetivo do censo ao fazer essa investigação era “mensurar o grau de *assimilação* dos

imigrantes” e, em 1950, “além dessa, era também uma aproximação para identificação da população indígena” (IBGE, 2012, p. 90 – grifos meus). Embora a questão das línguas indígenas tenha sido novamente abordada em 2010, ficou restrita apenas à

população que se declarou indígena no quesito cor ou raça ou para as pessoas que, residindo nas terras indígenas, se declararam em categoria diferente de indígena no quesito cor ou raça, mas responderam positivamente à pergunta “você se considera indígena?” (IBGE, 2012, p. 90).

É imprescindível que essas minorias linguísticas e os direitos de seus falantes sejam reconhecidos e, ainda, que o objetivo desse reconhecimento seja impulsionar o plurilinguismo e valorizar a diversidade linguística e não avaliar o grau de assimilação desses sujeitos. É preciso conhecer e estudar quais línguas são faladas pelas pessoas em casa, nas escolas, nas comunidades. É preciso proporcionar espaços para que os falantes de línguas minoritárias assumam – assim como os falantes de línguas majoritárias – a condição de cidadãos de um país plural e plurilíngue. É preciso parar de ignorar as línguas presentes no território brasileiro.

A próxima seção traz considerações sobre políticas linguísticas, seu papel na promoção do plurilinguismo bem como ações, estratégias e caminhos que podem contribuir para a produção e transmissão dos saberes próprios de cada língua em sua diversidade.

5. A política linguística na construção de uma sociedade aberta ao plurilinguismo

Promover a diversidade linguística e elevar outras línguas ao status de línguas de produção e de transmissão do saber requer um envolvimento político das instituições de ensino, do governo, mas também dos pesquisadores, pois, como aponta Tatián (2012), todos nós, enquanto pesquisadores, já tivemos de nos confrontar, de forma mais ou menos explícita, com questões relativas à política linguística e às suas implicaturas na produção, circulação e transmissão de saberes.

Isso não significa que todas as línguas tenham de ser utilizadas nos mesmos domínios. A produção e transmissão de saberes não se dá apenas na esfera acadêmica ou através de textos especializados. Trata-se sobretudo de desenvolver ações voltadas para a disseminação e manutenção da diversidade linguística. Como apontam Horst, Fornara & Krug (2017), uma das estratégias fundamentais para alcançar esse propósito é a conscientização linguística e cultural, que se dá “através da circulação do conhecimento e das diferentes vozes presentes na comunidade” (HORST; FORNARA; KRUG, 2017, n.p.).

Construir uma “pedagogia do plurilinguismo” e investir no desenvolvimento da consciência linguística são fatores decisivos para a promoção da diversidade e da pluralidade linguística (ALTENHOFEN, 2013, p. 99). A universidade, como local-mo-

delo da produção de saberes e espaço para a superação de preconceitos linguísticos reproduzidos culturalmente também deve ser o lugar para se discutir e se empreender movimentos em favor dessa diversidade e dessa pluralidade.

Para Spolsky (2008 *apud* BROCH, 2014), os diferentes participantes na esfera do ensino institucional formam categorias de participantes que trazem suas próprias práticas e crenças para dentro do domínio no qual se dá o processo de ensino-aprendizagem. Ao se questionar sobre o que determina a política linguística nesse contexto, Spolsky argumenta que, em certos domínios, a decisão pode estar nas mãos da direção da instituição de ensino, em conjunto com um grupo de professores; em outras, pode até mesmo contar com a participação de pais e responsáveis, mas o mais comum é que a política linguística esteja centralizada no governo, estado e município – o que pode gerar conflitos entre políticas linguísticas não adequadas ao contexto local ou regional e que não levam em conta as escolhas individuais dos falantes.

Embora a LDB/96 [Lei de Diretrizes e Bases] preveja a implementação de uma política educacional que leve em conta a diversidade linguística e cultural dos sujeitos, essa diversidade não é incentivada, sequer é reconhecida, seja no âmbito escolar, acadêmico, político ou social. Nem mesmo a diversidade da própria língua portuguesa é levada em conta ou mesmo abordada em sala de aula, como se uma única variedade linguística fosse comum “a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização” (BAGNO, 1999, p. 15).

Além disso, ainda que comunidades autóctones tenham certa proteção garantida pela constituição promulgada em 1988 – as comunidades indígenas, por exemplo, tiveram reconhecido o direito sobre suas terras, sua cultura e suas línguas, conforme os Arts. 210 e 231 CF/88 – isso não garante a manutenção e a difusão das línguas indígenas. Da mesma forma, as línguas de imigração estão, por falta de políticas linguísticas adequadas, desaparecendo gradativamente.

A criação de políticas linguísticas que contemplem a diversidade linguística está intimamente relacionada com a forma como as diferentes línguas são percebidas dentro de uma sociedade. Se, como anteriormente indicado, apenas algumas línguas desfrutam do status de língua de prestígio, todas as outras serão rejeitadas, menosprezadas. Como afirma Calvet (2007, p. 157), “as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades.” As políticas linguísticas têm, portanto, a função de alimentar os laços entre as sociedades e todas as línguas e seus falantes que se inserem nelas.

Assim, é necessário que nos debruçemos sobre pesquisas na área de políticas linguísticas, pois são elas que levam à “construção de um modelo de educação mais justo e adequado, pautado no respeito aos direitos linguísticos dos aprendizes e no desenvolvimento pleno de suas capacidades” (ALTENHOFEN, 2004, p. 92).

Com certeza, não se trata de um projeto simples. Contudo, há caminhos para alcançá-lo: como a elaboração de inventários linguísticos e pesquisas sobre a diversidade e as variedades linguísticas, através de questionários mais detalhados, incluídos no censo demográfico, e da criação de mapas e atlas linguísticos que oferecem informações pluridimensionais valiosas sobre as variedades linguísticas. É o caso, por exemplo, do ADDU (*Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*), com o objetivo de “ampliar o espaço de variedades, levando expressamente em consideração as consequências dos contatos intra- e interlingüísticos” (THUN, 2017b, p. 73), do ALMA (*Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata*) e do ALGR (*Atlas lingüístico Guaraní-Románico*). Cada um deles enfoca um determinado tipo de contato linguístico: línguas de colonização – português e espanhol (ADDU), língua nativa ameríndia guarani e de colonização – espanhol e português (ALGR), língua minoritária de imigração alemã Hunsrückisch e de colonização – português e espanhol (ALMA-H).

Além disso, abrir as portas do universo acadêmico à comunidade, promovendo ações voltadas à diversidade linguística – como seminários, oficinas, apresentações artísticas, relatos pessoais, palestras, rodas de conversas, entre outros –, nas quais os falantes possam compartilhar suas experiências linguísticas, representam formas de produção e transmissão desses saberes. Nesse sentido, vale mencionar a publicação, em 2018, do livro *Hunsrückisch em prosa & verso*, que reúne textos do 1º Concurso Literário de Poemas e Contos em Hunsrückisch, realizado em 2017.

Os inventários linguísticos, como os de línguas de imigração – entre os quais vale citar o inventário do Hunsrückisch e do Talian – são ações que representam “uma política linguística *in vivo*” (ALTENHOFEN; MORELLO, 2018, p. 14 – grifos dos autores), que envolvem esforços articulados entre instituições acadêmicas, governamentais e de pesquisa e as próprias comunidades de falantes. Inventários linguísticos são políticas de reconhecimento da diversidade linguística, por meio da sua identificação e documentação bem como de ações que têm por objetivo a manutenção, a promoção e a revitalização linguística e contribuem para “uma caminhada no sentido de uma educação plurilingüística, de uma *ouverture aux le langues* (‘abertura às línguas’), de um plurilinguismo consciente e aditivo [...]” (ALTENHOFEN; MORELLO, 2018, p. 13 – grifos dos autores).

Não há como simplificar a complexa realidade da diversidade e da pluralidade linguísticas. Reconhecê-las, estudá-las e definir prioridades são passos fundamentais para estabelecer políticas que tenham o objetivo de contemplá-las e incentivá-las, denunciando e rejeitando, ao mesmo tempo, a imposição de uma norma única, baseada na pretensa superioridade de uma determinada língua – ou do contexto que essa língua representa: uma língua internacional como construto necessário à crescente globalização.

Considerações finais

A língua não é uma entidade isolada, fechada em si, finalizada. Ela possui um caráter dinâmico e deve ser considerada em sua mobilidade, em sua pluralidade, em sua diversidade. Este trabalho procurou destacar a importância da diversidade linguística e do plurilinguismo para a construção e para o compartilhamento de saberes. Nesse sentido, estabelecer políticas linguísticas que impliquem tais questões é especialmente relevante no Brasil, visto que, embora ainda perdure no país uma perspectiva monolíngue, são faladas, no território nacional, 274 línguas indígenas (cf. dados do censo demográfico de 2010) e 56 línguas de imigração (ALTENHOFEN, 2013).

Faz-se necessário, portanto, intensificar o debate sobre a diversidade linguística e o plurilinguismo tanto na esfera acadêmica quanto na esfera da política e da planificação linguística. Com certeza, novas políticas linguísticas nacionais pressupõem uma maior dedicação ao estudo dos contextos plurilíngues e das situações de línguas de contato, como através da elaboração de inventários linguísticos, da produção e publicação de livros, da criação de atlas linguísticos, enfocando determinados tipos de contatos entre línguas e do diálogo direcionado à troca de experiências e a ações conjuntas com outras comunidades linguísticas, especialmente da América do Sul.

Incentivar o plurilinguismo significa encorajar o desenvolvimento de atitudes, de posturas e de perspectivas interculturais cada vez mais complexas, transversais e complementares, desprestigiando, assim, posturas etnocêntricas e uniformizadoras: se cada língua nos proporciona uma forma única de ver o mundo, quanto mais línguas conhecemos, mais amplas se tornam nossas perspectivas, mais diversificadas e, acima de tudo, mais profundas podem ser nossa produção de saberes e nossas reflexões sobre o conhecimento.

Além disso, promover o plurilinguismo significa promover a diversidade e, em especial, incentivar o seu acolhimento; sujeitos plurilíngues desenvolvem, normalmente, uma consciência linguística maior que aqueles monolíngues. Isso, por sua vez, como observam James, Garrett & Candlin (2014), abre espaços para o diálogo sobre a diversidade linguística, e esses dois aspectos – diálogo e consciência – representam as melhores armas contra o preconceito linguístico.

Para que se construa um modelo de educação mais justo e adequado, que respeite os direitos linguísticos de todos os sujeitos, é imprescindível que nos debruçemos, sobretudo no meio acadêmico, sobre pesquisas na área de políticas linguísticas e ações que destaquem a diversidade e a pluralidade linguística (Altenhofen, 2004), alimentando os laços entre as sociedades, as línguas e os falantes que se inserem nelas.

Contudo, políticas linguísticas não podem limitar-se à esfera escolar e acadêmica: políticas linguísticas são fenômenos sociais, intimamente relacionados ao comportamento e às crenças dos membros de uma comunidade de fala (SPOLSKY 2008, *apud* BROCH, 2014). Políticas linguísticas tratam da língua e a língua atravessa a experiência humana em todas as suas esferas.

Referências

ALA (*Association for Language Awareness*), 2020. Disponível em: https://www.languageawareness.org/?page_id=48. Acesso em: 15 abr. 2020.

ALMEIDA, Maria Liz B. *A produção de sentidos sobre o “Brasiguayo” na mídia paraguaia: uma análise das matérias e dos comentários do jornal Última Hora*. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13119/DIS_PPGCOMUNICACAO_2017_ALMEIDA_MARIA.pdf?sequence=1. Acesso em 29 mar. 2020.

ALTENHOFEN, Cléo. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine *et al.* (Org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ALTENHOFEN, Cléo.V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista internacional de lingüística iberoamericana*, 2 (3), 2004.

ALTENHOFEN, Cléo V.; BROCH, Ingrid K. Fundamentos para uma “pedagogia do plurilinguismo” baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). *V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*, p. 15-22, 2011.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico o que é, como se faz*. São Paulo, Brasil, Loyola 1999.

BAGNO, Marcos. O imperialismo linguístico e a tradução capenga. In: *Brasiliários.Com. Jornal do Romário*. Disponível em: <https://brasiliarios.com/colunas/66-marcos-bagno/925-o-imperialismo-linguistico-e-a-traducao-capenga?fbclid=IwARlieuOPYkIXQOfrhilzrRkkeyGByRNFUb6oFgUzr7Wytra7ZU49x1dw>. Acesso em 16 abr. 2020.

BORODITSKY, Lera How does our language shapes the way we think? *Edge.org*, 2009. Disponível em: https://www.edge.org/conversation/lera_boroditsky-how-does-our-language-shape-the-way-we-think. Acesso em: 22 mar. 2020.

BORODITSKY, Lera Lost in translation. *The Wall Street Journal*. New York: Dow Jones, & Company Inc., 2010.

BORODITSKY, Lera; THIBODEAU, Paul H. Metaphors We Think With: The Role of Metaphor in Reasoning. *PloS One*, v. 6, n. 2, Fev. 2011. Disponível em: <http://lera.ucsd.edu/papers/crime-metaphors.pdf>. Acesso em 12 abr. 2020.

BROCH, Ingrid. *Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102190/000930127.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: Uma Introdução Crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Prefácio de Gilvan Müller de Oliveira. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

DAVIES, Winifred V. Sprachnormen in der Schule aus der Perspektive der „Critical Language Awareness“. In: PLEWNIA, Albrecht; LENZ, Alexandra N. (Org.). *Variation–Normen–Identitäten*. Berlin, Boston: De Gruyter, 2018.

DONOHUE, William A. The Identity Trap: The language of Genocide. *Journal of Language and Social Psychology*, 31, 2012, p. 13-29. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254116598_The_Identity_Trap_The_Language_of_Genocide. Acesso em: 06 abr. 2020.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics. An Introduction*. New Jersey, London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2006.

HAMEL, Rainer E. El español en el campo de las ciencias: propuestas para una política del lenguaje. In: HAMEL, Rainer E. *Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios* (ed.). México: Agence Intergouvernementale de la Francophonie, El Colegio de México, Unión Latina, 2005.

HORST, Cristiane; FORNARA, Ana E.; KRUG, Marcelo. Estratégias de manutenção e revitalização linguística no Oeste Catarinense. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, *Organon*, v. 32, n. 62, 2017.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas. Resultados do Universo*, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em 20 mar. 2020.

JAMES, Carl; GARRETT, Peter; CANDLIN, Christopher N. *Language awareness in the classroom*. New York: Routledge, 2014.

MAHER, Terezinha M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (Orgs.). In: *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MARSH, David; HILL, Richard. Study on the contribution of multilingualism to creativity. Final report. *Brussels: European Commission*, 2009.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan M.; ALTENHOFEN, Cléo V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V; RASO, Tommaso. (orgs.). In: *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 187-216.

SAVEDRA, Mônica M. G.; LAGARES, Xóan C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33029>. Acesso em: 22 mar. 2020.

TATIÁN, Diego. La lengua del saber. *Página 12*, 2012. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/universidad/10-206420-2012-10-26.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

THUN, Harald. O velho e o novo na geolinguística. Tradução de Claudia Fernanda Pavan, Gabriel Schmitt, Eduardo Gonçalves Nunes, Viktorya Pitsch Zalewski dos Santos. *Percursos Teóricos e Metodológicos da Dialetoлогия*. 2017b. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, Cadernos de Tradução, n. 40. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdetraducao/article/view/87208>. Acesso em 29 mar. 2020.

THUN, Harald. Variação na interação entre informante e entrevistador. Tradução de Cléo Vilson Altenhofen, Filipe Neckel. In: *Percursos Teóricos e Metodológicos da Dialetoлогия*. 2017a. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, Cadernos de Tradução, n. 40. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdetraducao/article/view/87180>. Acesso em 29 mar. 2020.

VERSCHIK, Anna. Language contact, language awareness, and multilingualism. In: CENOZ, J. et al. (Org.). *Language awareness and multilingualism*. Switzerland: Springer International Publishing, 2017.